

## A questão regional brasileira: notas sobre a variação das disparidades entre as regiões no início do século XXI

Ricardo Nagliati Toppan<sup>1</sup>

### Resumo

Uma das questões mais emblemáticas do desenvolvimento nacional foi, e ainda é, a desigualdade econômica do espaço geográfico historicamente definida no Brasil. Desde a época da formação das primeiras superintendências de desenvolvimento, as regiões Norte e Nordeste têm recebido considerável atenção política e grande quantidade de investimentos públicos. Apesar do esforço, essa questão ainda é um desafio para o Estado, que tem se comportado de modo distinto, em consequência das mudanças das políticas macroeconômicas nas últimas décadas. Com atenção especial ao setor industrial no Brasil e à primeira década dos anos 2000, este artigo procura evidenciar a diferenciação do crescimento econômico das regiões brasileiras e o processo de desconcentração econômica regional resultante a partir do implemento das políticas neoliberais. Esse esforço se justifica em virtude em dar continuidade ao pensamento de Furtado, à época da SUDENE, sobre a necessidade de industrialização do Nordeste como fator de rompimento da estrutura exploratória e desigual existente.

**Palavras-chave:** Questão regional; Neoliberalismo; Desenvolvimento industrial; Desigualdade.

### Abstract

One of the most emblematic issues of national development was, and still is, the economic inequality of the geographic space historically defined in Brazil. Since the time of the formation of the first development agencies, the North and Northeast regions have received considerable political attention and a large amount of public investments. Despite the effort, this issue is still a challenge for the state, which has behaved differently as a result of changes in macroeconomic policies in recent decades. With special attention to the industrial sector in Brazil and the first decade of the 2000s, this article seeks to highlight the differentiation of economic growth in the Brazilian regions and the process of regional economic de-concentration resulting from the implementation of neoliberal policies. This effort is justified by virtue of continuing Furtado's thinking, at SUDENE's time, about the need for industrialization in the Northeast as a factor in breaking the existing exploratory and unequal structure.

**Keywords:** Regional Issues; Neoliberalism; Industrial Development; Inequality.

---

Submetido em xx.xx.2017. Aprovado em xx.xx.2018

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP, Rio Claro). E-mail: nagliati@outlook.com

## 1. Introdução

Historicamente, a “questão regional” sempre esteve na pauta do pensamento econômico nacional, especialmente a partir da criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) na década de 1960. Desde então, as regiões Norte e Nordeste têm recebido considerável atenção política e representativo volume de investimentos, além de incentivos fiscais e programas voltados à mão-de-obra e ao aumento de renda como forma de acabar com o abismo econômico existente no Brasil (BACELAR, 1999; DINIZ, 2009; GALVÃO, 2013; FURTADO, 1959). Mesmo com verossímil preocupação, os reflexos dessas ações intervencionistas na dinâmica espacial nacional não foram correspondidos na mesma proporção, tendo resultados diferentes – ora em cenários favoráveis, ora desfavoráveis ao desenvolvimento regional em diferentes períodos da história recente – de acordo com as políticas macroeconômicas do Estado brasileiro.

Dessa forma, este artigo procura evidenciar a diferenciação do crescimento econômico das regiões e o processo de desconcentração econômica regional resultante disso, a partir das práticas de políticas neoliberais<sup>2</sup> no Brasil, perpassando pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva. A metodologia empregada fundamenta-se na análise de indicadores econômicos a partir da divisão macrorregional oficial do IBGE, com ênfase especial ao valor da produção industrial regional. Esse indicador foi escolhido em virtude da continuidade do pensamento de Celso Furtado sobre a necessidade de industrialização do Nordeste como fator de rompimento da estrutura exploratória e desigual, existente à época da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Como fundamento deste trabalho tomam-se os preceitos de Furtado sobre “A Operação Nordeste”, o relatório final do GTDN, que colocou o Nordeste como a *questão regional* para o desenvolvimento do Brasil. Neste relatório são apresentados direcionamentos para superação das barreiras do crescimento econômico, promoção da difusão dos progressos técnicos, reorganização e investimento na economia agropecuária nas regiões do semiárido nordestino, valorização da agricultura de subsistência, industrialização regional e geração de mercado interno pela distribuição de renda (FURTADO, 1959). Essas ideias inspiram-se no estruturalismo cepalino, em que o dualismo entre regiões ricas e pobres só poderia ser superado pelo desenvolvimento de todas as

---

<sup>2</sup> O conceito de neoliberalismo adotado aqui segue o exposto por Harvey (2011), como uma corrente do pensamento econômico ortodoxo, surgido como antídoto para a crise da década de 1970, e marcado pela retórica sobre a liberdade individual, autonomia, privatizações, livre-mercado e livre-comércio internacional, no intuito de legitimar e consolidar o poder da classe capitalista. Dessa forma, caberia ao Estado a função de regular e gerir as instituições financeiras, responsáveis pela concentração de capital, perdendo seu caráter social, protecionista e interventor.

regiões do país. Difunde-se, dessa forma, a concepção de centro e periferia do capitalismo, tanto num âmbito global, quando interno ao território nacional (DINIZ, 2001).

É importante destacar que tal perspectiva dualista é modificada por Oliveira (2003a, 2003b) para uma compreensão de coexistência e de mutualidade. Porque, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, o centro industrial (figurado na região Sudeste) se aproveita para seu benefício de trocas que possui com as regiões 'atrasadas', consideradas regiões periféricas do modo de produção. No caso do Nordeste, a decadência do ciclo do açúcar e a manutenção da elite agrária no poder conservaram-no como região atrasada e fornecedora de matéria-prima para o Centro-Sul do país e consolidam, assim, essa relação de troca desigual. Historicamente, o baixo investimento em meios de produção também contribuiu para que a produtividade do trabalho e conseqüentemente o valor da força de trabalho, inferiores ao centro, fossem um fator de atração de capital. Em outras palavras, o "moderno" e o "atrasado" coabitavam o mesmo território nacional, sendo que o primeiro cresce e alimenta-se da existência do segundo (OLIVEIRA, 2003a).

Por fim, embora a questão regional do Brasil suscite o debate sobre um regionalismo, que emperra o verdadeiro desenvolvimento regional e mantém os espaços ligados às suas raízes patrimonialistas,<sup>3</sup> o presente artigo apenas discutirá elementos políticos nacionais e macroeconômicos que interferem na relação inter-regional. Além dessa introdução, o texto divide-se em três partes. Na primeira parte são apresentados o processo de implementação das ações neoliberais no final dos anos 1980 no Brasil e o desempenho econômico relativo das grandes regiões; a segunda parte traz novos indicadores sobre a desconcentração regional em um período de políticas públicas, marcado pela ascensão do governo Lula; e, por último, estão as considerações finais, onde são apontadas algumas perspectivas do desenvolvimento regional a partir da Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

## **2. A questão regional e o neoliberalismo no Brasil**

No início da década de 1990, a política econômica nacional buscou seguir os fundamentos neoliberais apresentados pelo Consenso de Washington, com seu intuito de gerar um crescimento das economias capitalistas por meio do aumento das relações comerciais globais e pela entrada de capitais estrangeiros no mercado interno. É importante ressaltar que o que estava em jogo naquele momento era a expansão das empresas multinacionais e da influência da moeda estadunidense no comércio internacional. O avanço

---

<sup>3</sup> Para Castro (2010, p. 194), o regionalismo é entendido "como a mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos, frente a grupos dominantes de outras regiões ou ao próprio Estado".

do neoliberalismo no Brasil, já iniciado pelo Governo Collor e sequenciado por Itamar Franco e FHC, levou ao enfraquecimento das políticas das agências regionais pela diminuição das exportações (dada à equidade cambial pós-1994) e pela redução dos investimentos públicos na economia e na infraestrutura. Com isto, restringiram as possibilidades de uma desconcentração industrial em curso durante o período desenvolvimentista 1930-1980 (CANO, 1994). Do ponto de vista macroeconômico, Sampaio (2008) considerou que determinadas ações realizadas no governo de FHC foram essenciais para a entrada do Brasil à nova ordem neoliberal, especialmente quando, durante sua presidência, foi alterado o capítulo da Ordem Econômica da Constituição Federal.

Bastou a alteração de cinco artigos desse capítulo para desguarnecer o Estado brasileiro e torná-lo impotente para resistir às pressões da nova ordem econômica internacional. Abriu-se assim o caminho do retrocesso: transitar de uma economia de caráter industrial para uma economia de caráter predominantemente primário exportadora. Esta tendência ganhou força nos anos noventa, porque se revogou o artigo 171 (desfazendo a distinção entre empresa brasileira e empresa estrangeira); modificou-se o item IX do parágrafo 1º do artigo 170 (a fim de possibilitar à empresa estrangeira a exploração do nosso subsolo); deu-se nova redação ao artigo 178 (a fim de acabar com o monopólio da navegação de cabotagem); alterou-se o item IX do artigo 21 (para terminar o monopólio estatal das telecomunicações); refez-se o parágrafo 1º do artigo 177 (para inserir uma cunha no monopólio estatal da exploração do petróleo); e introduziu-se a palavra "resseguros" no item II do artigo 192 (a fim de abolir o controle do Estado brasileiro sobre o seguro social) (SAMPAIO, 2008, p. 12).

Com essa cobertura jurídica à abertura financeira e comercial no país, as ações liberalizantes começaram a ganhar corpo. Promoveram-se a redução média das tarifas de importação – de 41%, em 1989, para 14,2% em 1994, segundo Bercovici (2003) –, a privatização do setor financeiro e o aumento das taxas de juros, com o intuito de atrair capital estrangeiro e aumentar os investimentos privados. A essas mudanças somaram-se as políticas de privatização de empresas estatais do setor produtivo, o que provocou um aumento de investimentos de empresas multinacionais no país bem como seu fortalecimento a partir de fusão e aquisição de empresas nacionais. Conforme Brandão, o impacto destrutivo dessas medidas liberais no quadro regional brasileiro se desenvolveu de modo diferenciado sem nenhuma intencionalidade política. Para ele, com as ações neoliberais

[...] as transformações regionais decorreram mais da “desestruturação”, dos impactos diferenciados espacialmente da crise econômica e das opções conservadoras de políticas macroeconômicas, privatizações, abertura dos mercados etc. levadas a cabo, do que de qualquer “reestruturação” ou intencionalidade (BRANDÃO, 2013, p. 166).

Nessa ótica espacial, tais estratégias de redução do Estado culminaram na extinção de políticas de desenvolvimento regional, como a SUDENE, por exemplo, deixando a responsabilidade pelo crescimento econômico aos mecanismos de mercado – o que Bacelar

(1999) definiu como *integração competitiva*. Em decorrência dessas ações, não foram modificadas apenas as regras do jogo para o crescimento das regiões, mas houve também uma mudança (ou ausência) do papel do Estado para com as políticas destinadas à diminuição das disparidades regionais – algo muito presente entre as décadas de 1950 e 1970,<sup>4</sup> quando o Estado era protagonista e provedor exclusivo de grandes investimentos em infraestrutura e na indústria de base.

A prioridade à *integração competitiva* revela uma outra opção estratégica que vai se tornando cada vez mais evidente no que resta de política de médio prazo. Com ela, o que se busca é priorizar o aprofundamento da internacionalização da economia do país. O eixo principal é a internacionalização financeira e é ela que ganha destaque, como já se viu. A desregulamentação financeira e o patrocínio da desnacionalização do sistema bancário foram nitidamente promovidos no governo Collor e aprofundados no período de Fernando Henrique Cardoso. Na esfera produtiva muda, também, a prioridade. Ao invés de consolidar a integração do mercado interno, processo que se vinha acelerando nas décadas anteriores, passa-se a priorizar a inserção no mercado mundial das empresas, segmentos e espaços econômicos mais competitivos. O choque de competitividade aplicado ao tecido produtivo nacional, com as diversas políticas adotadas nos anos 90 — em especial com a política de abertura comercial e a política cambial dos primeiros anos do Plano Real —, força muitas empresas a se reestruturarem, e as que não o conseguem tendem a desaparecer, fundindo-se a outras ou fechando (BACELAR, 1999 p. 14).

Essa ruptura do pensamento econômico nacional-desenvolvimentista para o neoliberal resultou em uma mudança político-administrativa do Estado brasileiro. A aprovação da Constituição de 1988 e as reformas descentralizantes do Estado em 1995 configuraram um jogo estratégico diferente nas políticas de desenvolvimento regional, sobretudo por causa de transformações na estrutura fiscal intra e inter-regional.

Embora, em algum momento, reformas e projeto neoliberal possam ter favorecido a competitividade da economia brasileira no então contexto comercial, eles resultaram em efeitos negativos para a dinâmica espacial interna. O reforço às externalidades econômicas positivas nas regiões Sul e Sudeste, a ampliação do mercado consumidor e o aumento das exportações nacionais de produtos manufaturados para os países do bloco Mercosul provocaram uma concentração ainda maior de investimentos nessa região, além das vantagens de uma infraestrutura física e social densas lá existentes.

Para Baer, Haddad e Hewings (2002), vantagens para a atração de capital às regiões menos desenvolvidas economicamente, como o Norte e o Nordeste, seria a oferta

---

<sup>4</sup> Esse período desenvolvimentista está relacionado com as ações dos Planos de Metas, do Programa de Ação Econômica do Governo e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento que viabilizaram excelente crescimento econômico para as regiões Norte e Nordeste, graças às transferências diretas de recursos e à política de isenção fiscal. Mais precisamente sobre o Nordeste, houve a diversificação da atividade industrial e melhoria nas condições de saneamento, habitação, transporte e energia; na região Amazônica, aproveitamento dos recursos naturais, política de colonização, construção de rodovias e sistema de comunicação (ALBUQUERQUE e CAVALCANTI, 1978).

de mão-de-obra barata, além de incentivos fiscais. Contudo, essas vantagens seriam muito incipientes frente à polarização exercida pela região Centro-Sul na década de 1990, contribuindo para o aumento das disparidades regionais. Segundo esses autores, uma das grandes fragilidades da região Nordeste seria a baixa articulação regional interna (demanda de bens intermediários, formação de capital e consumo doméstico), o que colabora para manter a dependência em relação à região Centro-Sul.

Diante disso, é possível auferir que as estratégias de abertura de mercado e a ausência de políticas regionais tenderam

[...] a valorizar os espaços econômicos portadores de empresas e segmentos mais competitivos, com condições, portanto, de ampliar com mais rapidez sua internacionalização ou de resistir com mais força ao “choque de competição” praticado nos anos 90, no Brasil. Esse processo secundariza as regiões menos competitivas, as mais negativamente impactadas pela competição exacerbada ou as que se encontram em reestruturação (BACELAR, 1999, p. 15).

Dessa forma, a autora já advertia para um provável processo de concentração econômica regional, diferente do ocorrido nos anos anteriores. Ademais, nas regiões Nordeste e Norte, no contexto de concorrência, as chamadas “*ilhas dinâmicas*”, que são áreas cujo dinamismo econômico difere do resto da região. Nos anos 1980, exemplos deste desenvolvimento industrial significativo são Manaus com o polo industrial da Zona Franca, Salvador e Recife, que receberam grandes investimentos dos governos federais além de melhoramentos da sua infraestrutura física e social. Mesmo com essa expansão industrial em alguns núcleos urbanos no Norte e no Nordeste, o avanço da atividade produtiva provocada pelos avanços tecnológicos, como apontou Diniz (2002), reforçou o processo de aglomeração e re-aglomeração na região Centro-Sul. Foram beneficiadas, especialmente, aquelas áreas com ótimos fatores locacionais, dotadas de universidades e centros de pesquisas, como os núcleos urbanos do interior de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, por exemplo.

Com enfoque no setor industrial, também Cano (1994; 1997) analisa o desenvolvimento regional associado a períodos de concentração e desconcentração econômica. Afirmou que, a partir do início das políticas do Estado neoliberal no Brasil, há uma inflexão no processo de desconcentração regional. A década de 1970 ficou marcada por um intenso crescimento econômico, tanto no epicentro capitalista nacional – a região metropolitana de São Paulo, com quase 45% do valor da atividade industrial nacional, segundo Cano (1994) – quanto na “periferia”, motivada pelo crescimento econômico da primeira. Foi um Estado centralizador que possibilitou o desenvolvimento dessas regiões periféricas devido à integração econômica e estrutural pela qual o país havia passado.

Além disso, as ações das agências de desenvolvimento regionais e seus incentivos fiscais contribuíram para a instalação de indústrias no Norte e no Nordeste. O Proálcool e a

expansão do crédito para modernização da agricultura e para a aquisição de terras impulsionaram o agronegócio nos interiores de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Tudo isso implicou num desenvolvimento das forças produtivas capitalistas fora do eixo central, mas de forma *integrada*, em rede, promovendo uma desconcentração econômica e industrial, principalmente no interior paulista, que, em 1985, detinha 22% do valor industrial nacional.

Com o avanço do neoliberalismo em um contexto ainda de crise e inflação, aliado ao enfraquecimento das políticas das agências regionais e ao fim do Proálcool, à diminuição das exportações com a equidade cambial pós-1994, à redução dos investimentos públicos na economia e na infraestrutura, diminuíram drasticamente as possibilidades de uma desconcentração industrial no ritmo a que se impunha (CANO, 1994, p. 116).

**Tabela 1 – Participação regional no valor da transformação industrial (Brasil 100%)**

| REGIÃO       | 1939 | 1949 | 1959 | 1970 | 1975 | 1985 | 1989 | 1995 | 1999 | 2001 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| NORTE        | 1,1  | 0,7  | 0,9  | 0,8  | 1,3  | 2,5  | 2,03 | 2,2  | 4,1  | 5,0  |
| NORDESTE     | 10,9 | 9,1  | 6,9  | 5,7  | 6,6  | 8,6  | 8,0  | 8,1  | 11,5 | 11,2 |
| SUDESTE      | 74,1 | 76,5 | 79,3 | 80,7 | 76,5 | 70,8 | 71,5 | 69,4 | 61,8 | 60,0 |
| SUL          | 13,5 | 13,2 | 12,3 | 12   | 14,6 | 16,7 | 17,1 | 18,1 | 18,4 | 19,3 |
| CENTRO-OESTE | 0,4  | 0,5  | 0,6  | 0,8  | 1,0  | 1,4  | 2,03 | 2,2  | 4,2  | 4,5  |

Fonte: IBGE, Censo Industrial, adaptado de Cano (1997); IBGE, Pesquisa Industrial Anual Empresa, Séries Históricas e Estatísticas.

É nesse contexto que Cano identificou a inflexão do processo de desconcentração em 1989 ao argumentar que apenas o Estado de São Paulo detinha um crescimento significativo em virtude de alguns setores da economia, principalmente serviços e indústria de informática e eletrônica. Conforme a Tabela 1, em 1995 nota-se uma relativa estabilidade na distribuição regional do valor de transformação industrial em relação a 1989; e só em 1999 que se visualiza uma mudança significativa novamente.

De fato, a desconcentração ainda só continuaria em curso, embora moderada, devido a alguns “efeitos de desaglomeração” que tiveram sua origem na região metropolitana de São Paulo (poluição, alto custo de mão-de-obra, congestionamentos e aumento da renda fundiária urbana pelo mercado imobiliário), e também aos investimentos na indústria petroquímica realizados em algumas unidades da federação. Outros fatores da política econômica também colaboraram para este processo, como a continuidade da expansão da fronteira agrícola e a exoneração de tributos estaduais e locais por conta da política tributária descentralizada, flexível e diferenciada entre localidades.

Dessa forma, na primeira década de políticas neoliberais, é possível constatar uma forte concorrência regional atribuída, em grande parte, à disputa fiscal e a efeitos negativos de aglomeração nos grandes centros industriais. O assim chamado fenômeno de “guerra fiscal”<sup>5</sup> manifestou-se como uma corrida para atrair investimentos privados através da redução de tributos estaduais e municipais. No entanto, não apenas a disputa entre os entes federados provocou uma fratura no pacto federativo nacional,<sup>6</sup> mas também reformas promovidas pelo Estado. Sob uma política de ajuste fiscal, os pilares do pacto federativo cooperativo (BERCOVICI, 2003) foram aos poucos sendo corroídos na medida em que o Governo Federal mantinha a concentração dos recursos para si e induzia estados e municípios a procurarem investimentos na iniciativa privada. Fato que agravava a realidade financeira em determinadas regiões “periféricas”.

Costumeiramente, essa “guerra” costuma provocar reflexos negativos para aquelas áreas que tanto perdem empresas, como sofrem uma retração do setor produtivo e aumento de déficits para arcar com as despesas sociais. Na verdade, essa prática perversa prejudica até mesmo aquelas regiões que “ganham” as empresas (BERCOVICI, 2003), já que também sentirão os efeitos da diminuição da arrecadação que sustentam os serviços públicos necessários à política de bem-estar social. Portanto, configuram-se, nesse cenário, localidades cada vez mais fragilizadas e sujeitas à competitividade perversa do mercado, especialmente por grandes empresas.

Por tudo isso, a desigualdade regional apresentava-se, a partir desse contexto, como um problema insolúvel. Tornava-se, mais do que nunca, uma questão regional.

### **3. A concentração regional no início do século XXI**

A virada para o século XXI já apresentava indicadores modestos e positivos de recuperação econômica e desconcentração industrial quando assumiu um novo governo sob a presidência do candidato eleito do Partido dos Trabalhadores em 2003. Apesar de os pilares neoliberais macroeconômicos estarem mantidos (como a geração de superávits primários nas contas públicas, o regime de câmbio flutuante, ainda que sujo, e as metas para a inflação), o aumento dos investimentos públicos, das políticas de proteção social e o

---

<sup>5</sup> Uma das principais armas para a guerra fiscal é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual, cobrado no lugar de origem de produção, que dá autonomia fiscal às unidades da federação, mas releva uma perversa competição federativa, calcada pela desigualdade regional.

<sup>6</sup> Segundo Arretche (2002), a descentralização seletiva e a concentração de recursos no Governo Federal levaram a formação de um federalismo concorrencial no país. Além disso, a autora considera que a descentralização ocorreu na ausência de incentivos à municipalização (desfavorecendo as contas públicas municipais), na ausência de imposições constitucionais e ausência de programas que definissem a extensão dessa descentralização (ARRETCHE, 2000).

aumento da distribuição de renda indicaram que o país passaria por mudanças significativas em relação ao desenvolvimento e às políticas públicas.

No período em questão, avançou-se pouco nas políticas de desenvolvimento regional embora tenha prevalecido uma ânsia política por mudanças na condução do planejamento pelo Estado<sup>7</sup> em uma retomada desenvolvimentista por meio de uma expansão de políticas sociais com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais. A recriação da SUDENE em 2007 e a criação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) em 2011, assim como a experiência da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR I), são os casos mais explícitos do caráter nacional de uma proposta a favor da questão regional e que, em seu princípio, reconheceram as inter-relações espaciais existentes no Brasil. Promover o aumento da renda, a formação de mão-de-obra, o avanço tecnológico nacional e o desenvolvimento de infraestrutura em áreas periféricas foram o propósito (ainda que insuficiente) dessas políticas de âmbito nacional. Resultaram, conforme a interpretação de muitos especialistas, em poucos avanços significativos e poucas práticas consolidadas de caráter fundamentalmente regionais.

Ao fazer um balanço sobre a prioridade dada ao combate às desigualdades regionais a partir do Governo Lula, Bacelar (2013) argumentou que, mesmo não havendo políticas de caráter essencialmente regional, avanços importantes aconteceram na diminuição das desigualdades espaciais. Para a autora, a transferência de renda direta por meio do programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo e a baixa inflação, além da oferta de crédito, estimularam o mercado nacional e contribuíram positivamente para o aumento da renda das populações de regiões historicamente pobres, sobretudo em regiões agrárias, onde esses efeitos seriam mais nítidos. É importante mencionar também outras políticas que, tendencialmente, caminharam nesse sentido: a expansão de políticas de apoio à agricultura familiar, como o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que promoveu investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa Minha Vida, que ajudou a reduzir o déficit habitacional; o Programa Territórios da Cidadania, que fortaleceu as políticas sociais universalistas em regiões de extrema vulnerabilidade; e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que expandiu o número de instituições de ensino superior para todo o país.

---

<sup>7</sup> Bielschowsky (2012) considerou que, após o período de 2002/2003, o impacto positivo da balança de pagamentos pelo comércio chinês possibilitou ao país novamente a retomada do debate sobre Estado e o desenvolvimento direcionado para uma transformação estrutural da economia. O autor concebe essa ideia a partir da expansão do consumo de massa, da valorização dos recursos naturais, dos investimentos em infraestrutura, e do aumento da capacidade de longos investimentos do BNDES. Além disso, considera a existência de dois “turbinadores” do desenvolvimento, sendo a inovação tecnológica e os encadeamentos produtivos tradicionais.

Os aumentos em oito vezes do repasse de recursos para os entes governamentais de 2003 até 2014 para investir em infraestrutura e o avanço das políticas de proteção social do Governo Federal (em especial no Nordeste) resultaram num considerável crescimento econômico e desenvolvimento social.<sup>8</sup> Tal fato tornou-se possível, neste período, por meio do constante crescimento do PIB brasileiro, cujo ápice se consolidou em 2010, com um crescimento de 10% naquele ano. Desse modo, é notório que todas as regiões tiveram considerável crescimento bruto do PIB também, assim como expressivo crescimento no setor industrial, como será visto mais à frente.

**Tabela 2 – Evolução do Produto Interno Bruto das regiões brasileiras (2001-2011), em milhões de reais**

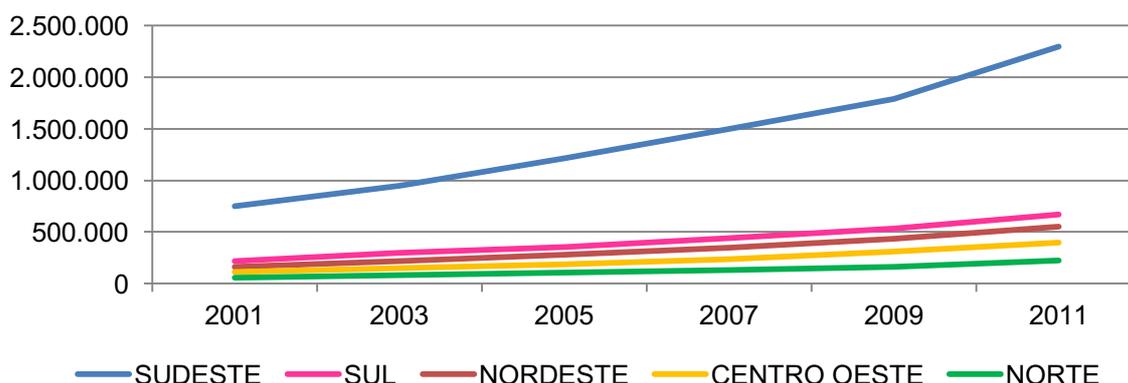
| REGIÃO       | 2001    | 2003    | 2005      | 2007      | 2009      | 2011      |
|--------------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| SUDESTE      | 751.225 | 947.748 | 1.213.863 | 1.501.184 | 1.792.049 | 2.295.690 |
| SUL          | 217.471 | 300.858 | 356.211   | 442.819   | 535.662   | 672.048   |
| NORDESTE     | 163.464 | 217.037 | 280.545   | 347.797   | 437.719   | 555.325   |
| CENTRO-OESTE | 110.898 | 153.103 | 190.177   | 235.964   | 310.764   | 396.410   |
| NORTE        | 59.074  | 81.199  | 106.441   | 133.578   | 163.207   | 223.537   |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Como pode ser observado na Tabela 2, o crescimento econômico ocorreu em todas as regiões do país. No período analisado, a região que obteve a maior taxa básica de crescimento foi a região Norte, com 278%, seguidas pelas regiões Centro-Oeste (257%) e Nordeste (240%). Em contrapartida, as regiões com a menor taxa básica de crescimento foram Sudeste e Sul, com as taxas de crescimento de 206% e 209%, respectivamente. A impressão de maiores diferenças se relativiza quando são comparadas as taxas médias de crescimento. Conforme Tabela 2, as taxas de crescimento médio anual entre as regiões não estiveram tão distantes: 14,2% o Norte, 13,6% o Centro-Oeste, 13% o Nordeste, 11,9% o Sul, e 11,8% o Sudeste. Com essa informação é possível afirmar que a desigualdade regional, de uma forma geral, diminuiu na primeira década dos anos 2000, embora a um ritmo aquém das expectativas.

<sup>8</sup> Segundo dados do Portal da Transparência, o valor transmitido ao Nordeste foi de R\$110.154.101.887,09 em 2014.

**Gráfico 1 – Evolução do Produto Interno Bruto das regiões brasileiras (2001-2011), em milhões de reais**

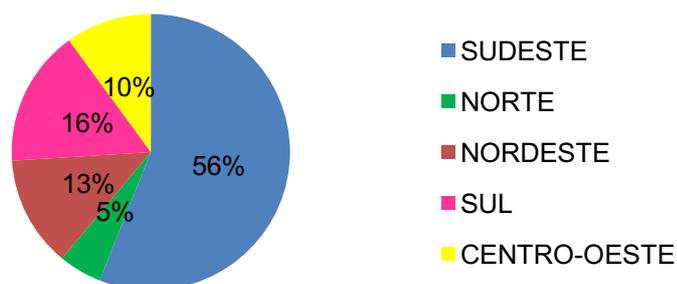


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Uma comparação da evolução do PIB entre as regiões, apresentada no Gráfico 1, mostra que as mudanças não resultam em significativas alterações das desigualdades entre as regiões. A região Sudeste detinha, em 2001, aproximadamente 57,7% do PIB nacional, enquanto que a região Sul possuía 16,7%, a Nordeste, 12,6%, a região Centro-Oeste 8,5% e a Norte 4,5%. Após dez anos, o quadro regional apresenta-se pouco alterado proporcionalmente, tendo a região Sudeste 55,4% do PIB nacional; a região Sul foi responsável em 2001 por 16,2%, o Nordeste por 13,4% o Centro-Oeste por 9,6%, e, por último, a região Norte com 5,4% de participação do PIB nacional.

Essas informações novamente demonstram que a desconcentração regional foi reduzida nos últimos anos, apresentando ao Sudeste uma redução de 2,3% na importância do PIB, ao mesmo tempo em que a região Centro-Oeste aumentava sua participação em 1,1%. Nesse ritmo, extrapolações preveem que seriam necessários *cinquenta anos para que a riqueza gerada na região Norte atingisse uma participação de 10% no total de riquezas produzidas internamente no Brasil*. O Gráfico 2 mostra que, em 2011, somando as duas regiões de maior expressão econômica, elas foram responsáveis por nada menos do que 71,6% do PIB nacional.

**Gráfico 2 – Distribuição do Produto Interno Bruto, segundo as regiões brasileiras em 2011, em %**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Ainda em relação à distribuição da riqueza entre as regiões, na Tabela 3 se identifica um padrão de concentração regional distinto em relação ao PIB *per capita*. Nela, assim como nas outras informações, fica nítido um crescimento elevado no Norte e Nordeste, como regiões com os menores valores do PIB *per capita*. Todavia, em termos absolutos, os valores de ambas correspondem quase a um terço dos da região Sudeste, de acordo com os valores de 2011. Uma distinção que há em relação ao PIB *per capita* consiste na região Centro-Oeste, que possuía o segundo maior valor durante o período analisado, exceto em 2009 quando supera a região Sudeste. Obviamente é preciso destacar que esta região, assim como a região Norte, possuem os menores índices de povoamento do país, sendo consideradas pouco povoadas e com baixa densidade demográfica.<sup>9</sup>

**Tabela 3 – Evolução do PIB per capita, segundo as regiões brasileiras (2001-2011), em reais**

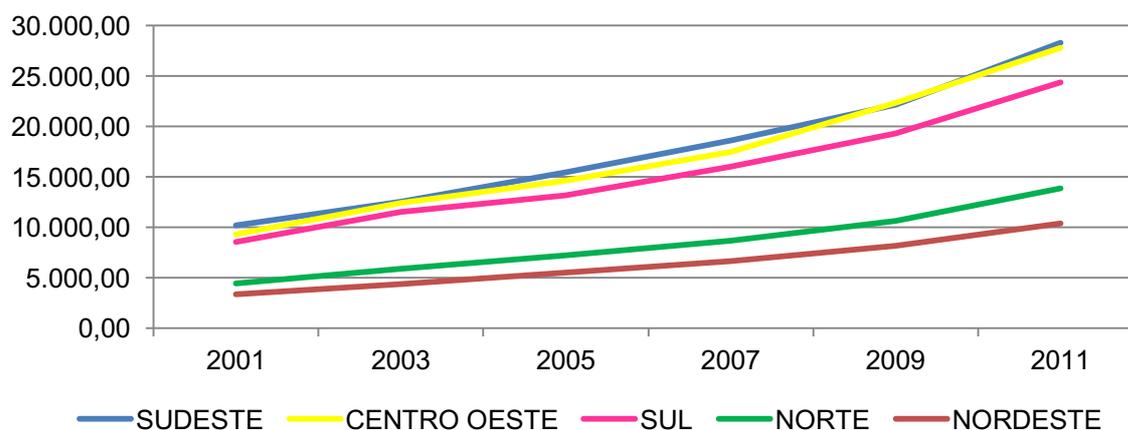
| REGIÃO       | 2001      | 2003      | 2005      | 2007      | 2009      | 2011      |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| SUDESTE      | 10.224,83 | 12.570,94 | 15.468,74 | 18.615,63 | 22.147,13 | 28.350,39 |
| CENTRO-OESTE | 9.330,67  | 12.430,03 | 14.605,71 | 17.457,91 | 22.364,48 | 27.829,64 |
| SUL          | 8.543,88  | 11.560,38 | 13.206,01 | 16.020,11 | 19.324,73 | 24.382,79 |
| NORTE        | 4.460,10  | 5.890,48  | 7.241,51  | 8.706,39  | 10.625,76 | 13.888,49 |
| NORDESTE     | 3.382,19  | 4.397,29  | 5.498,84  | 6.663,56  | 8.167,74  | 10.379,55 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O principal fator explicativo para esse crescimento do PIB *per capita* da região Centro-Oeste é a expansão da fronteira agrícola pelo Cerrado e sul da Amazônia, que, somada ao aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, contribuiu significativamente para elevar os indicadores de riqueza produzida na região. No que tange à produção industrial, a região continua a menos industrializada do Brasil.

<sup>9</sup> O povoamento é definido a partir da relação entre a população e a dimensão territorial ocupada por ela.

**Gráfico 3 – Evolução do PIB *per capita*, segundo as regiões brasileiras (2001-2011), em reais**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Os dados aqui apresentados referentes ao final do século XX e primeira década do século XXI mostram que, até por causa de avanços limitados na desconcentração econômica, a desigualdade entre as regiões ainda está longe de ser sanada. Tal fato fica bastante evidenciado quando é retomada aqui a análise sobre o setor industrial discutida acima por Cano (1997). Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 4 a seguir.

**Tabela 4 – Evolução do Valor Adicionado Industrial das macrorregiões (1999-2011), em mil reais**

| REGIÕES  | 1999        | 2001        | 2003        | 2005        | 2007        | 2009        | 2011        |
|----------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Norte    | 9.626.242   | 15.123.894  | 21.283.812  | 29.134.937  | 34.778.492  | 40.055.113  | 67.542.909  |
| Nordeste | 27.792.816  | 33.753.043  | 47.383.439  | 63.577.066  | 73.985.934  | 91.802.103  | 114.862.496 |
| Sudeste  | 148.852.479 | 180.560.843 | 244.143.574 | 324.006.988 | 383.147.163 | 436.089.628 | 565.951.924 |
| Sul      | 44.352.633  | 58.091.351  | 77.270.364  | 96.210.586  | 112.760.349 | 139.245.676 | 167.127.478 |
| C. Oeste | 10.110.796  | 13.641.869  | 19.422.811  | 26.353.422  | 31.608.059  | 42.506.483  | 56.671.229  |
| Brasil   | 240.734.966 | 301.171.000 | 409.504.000 | 539.283.000 | 636.280.000 | 749.699.000 | 972.156.032 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual Empresa. Séries Históricas e Estatísticas.

Nota-se, comparando os valores absolutos desta tabela com dados referentes à economia nacional na primeira década do século XXI, o simultâneo crescimento do setor industrial e da economia nacional. Todas as regiões apresentaram crescimento, inclusive aquelas onde, tradicionalmente, ocorreu desconcentração industrial e fuga de empresas do setor industrial.<sup>10</sup> A região com a maior taxa básica de crescimento do valor adicionado industrial no período analisado acima é a região Norte, com 602%. Em seguida encontram-

<sup>10</sup> Sobre os motivos da fuga das empresas nas grandes aglomerações urbanas e suas externalidades negativas, ver Selingardi-Sampaio (2009).

se as regiões Centro-Oeste com 461% e Nordeste com 313%. As regiões Sul e Sudeste tiveram um crescimento com taxas menores: 277% e 280%, respectivamente.

Focando, especificamente, a concentração industrial entre 1999 e 2011, a Tabela 5 e o Gráfico 6 permitem identificar que a região Norte, com o maior crescimento do valor gerado pela atividade industrial em relação às demais, continua, em 2011, a segunda região menos industrializada, com quase 7% do valor adicionado industrial do país. Mas, entre 1999 e 2011, é a única que teve um aumento substantivo nesta participação quando os demais, com exceção de um aumento menor do Centro-Oeste, apenas mantiveram ou reduziram suas posições.

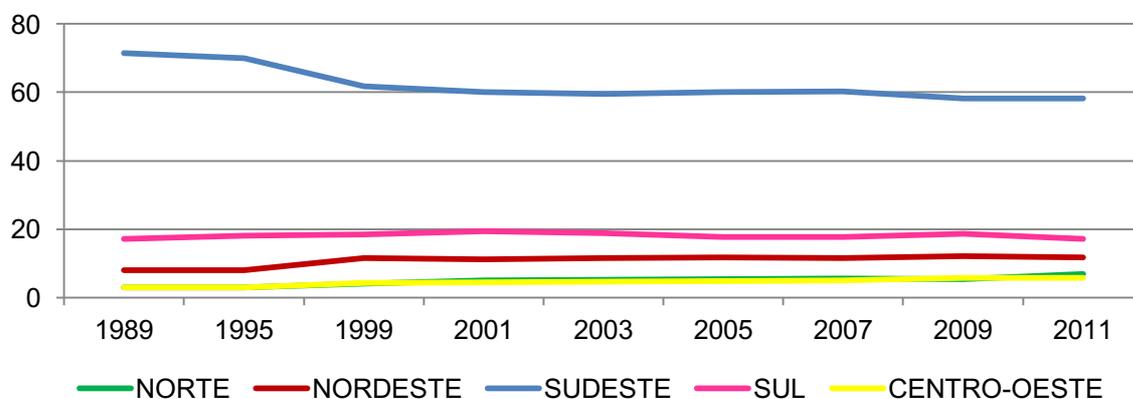
**Tabela 5 – Evolução da participação regional no valor gerado pela atividade industrial (1999 - 2011), em %**

| REGIÃO       | 1989 | 1995 | 1999 | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2011 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| NORTE        | 2,03 | 2,2  | 4,0  | 5,0  | 5,2  | 5,4  | 5,5  | 5,3  | 6,9  |
| NORDESTE     | 8,0  | 8,1  | 11,5 | 11,2 | 11,6 | 11,8 | 11,6 | 12,2 | 11,8 |
| SUDESTE      | 71,5 | 69,4 | 61,8 | 60,0 | 59,6 | 60,1 | 60,2 | 58,2 | 58,2 |
| SUL          | 17,1 | 18,1 | 18,4 | 19,3 | 18,9 | 17,8 | 17,7 | 18,6 | 17,2 |
| CENTRO-OESTE | 2,03 | 2,2  | 4,2  | 4,5  | 4,7  | 4,9  | 5,0  | 5,7  | 5,8  |

Fonte: PNAD, IBGE e dados adaptados de Cano (1997); IBGE, Pesquisa Industrial Anual Empresa. Séries Históricas e Estatísticas.

A região Nordeste manteve-se praticamente com o mesmo peso proporcional. Como indício da desconcentração industrial, entre 1999 e 2011, pode se interpretar a redução da participação das regiões Sul e Sudeste, de 18,4% e 61,8% em 1999 para 17,2% e 58,2% em 2011, respectivamente. Quando unidas as duas regiões mais industrializadas do país, fica perceptível que ainda há uma concentração industrial substantiva, atingindo 75,4% da participação em 2011, mas que baixou, em relação a 1999, em quase 5%.

**Gráfico 4 – Evolução da participação regional no valor gerado pela atividade industrial (1999 - 2011), em %**



Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual Empresa. Séries Históricas e Estatísticas.

Avançando com uma análise das tendências do desempenho regional no período de dez anos após 2001, observa-se certas oscilações na participação regional no valor gerado pela atividade industrial. Nesse cenário, a região Sul que teve uma recuperação em 2009, teve uma tendência decrescente que resultou na maior perda da participação industrial, com aproximadamente 2,1%; a região Norte, por outro lado foi a que conseguiu, com uma pequena caída em 2009, um crescimento relativo maior comparado às demais regiões, atingindo um aumento 1,9%; o Nordeste, sem muita variação no período, manteve-se praticamente estável, com menos de 1% de variação positiva. O Centro-Oeste cresce constantemente e chegou a um aumento de 1,3% na sua participação, enquanto na região Sudeste a variação foi negativa de 1,8%.

É interessante ampliar essa análise para uma comparação da participação regional do valor adicionado da indústria no Brasil entre períodos históricos diferentes da política macroeconômica nacional e observar sua variação. A Tabela 6 sintetiza essa evolução em três momentos distintos: período desenvolvimentista e transição (até 1989), período neoliberal (até 2001), e um novo período desenvolvimentista, mas com traços neoliberais (até 2011, como o início do primeiro Governo Dilma).

Sob condições constantes para a produção do valor gerado pela indústria (*ceteris paribus*), nota-se que a processo de dispersão da indústria no território nacional, indicado pela diferença dos valores entre dois momentos em cada região, está desacelerando quando comparado o primeiro e o último período (diferença entre as médias aritméticas das participações regionais) nas regiões Sul e Centro-Oeste. Já para as regiões Norte e Nordeste aumentou o ganho de participação entre os dois períodos; ou seja, na comparação, os *ganhos foram maiores nos períodos mais recentes*. Se as diferenças entre 1º e 2º períodos foram 1,84 e 1,73% respectivamente, já entre o 2º e 3º período houve um crescimento de 2,24 e 2,00% das médias aritméticas. Já o Sudeste perde nas duas comparações, mas a redução da sua participação que foi de quase 10% entre 1º e 2º períodos, baixou para uma redução de 6,3%, o que pode significar uma desaceleração da redução e indício para uma desaceleração do processo de descentralização entre as macrorregiões.

**Tabela 6 – Média aritmética da participação regional no valor adicionado total industrial, segundo as macrorregiões (1939-2011), em %**

| <b>REGIÃO</b> | Entre 1939 até<br>1989 | Entre 1989 até<br>2001 | Entre 2001 até<br>2011 |
|---------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| NORTE         | 1,47                   | 3,31                   | 5,55                   |
| NORDESTE      | 7,97                   | 9,70                   | 11,7                   |
| SUDESTE       | 75,44                  | 65,68                  | 59,38                  |
| SUL           | 14,17                  | 18,23                  | 18,25                  |
| CENTRO-OESTE  | 1,10                   | 3,23                   | 5,1                    |

Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual Empresa. Séries Históricas e Estatísticas.

**Tabela 7 – Dinâmica das mudanças de participação entre os períodos**

| REGIÃO       | entre 1º e 2º | entre 2º e 3º | Períodos |
|--------------|---------------|---------------|----------|
| NORTE        | +1,84         | +2,24         |          |
| NORDESTE     | +1,73         | +2,00         |          |
| SUDESTE      | -9,76         | -6,3          |          |
| SUL          | +4,06         | +0,02         |          |
| CENTRO-OESTE | +2,13         | +1,87         |          |

Fonte: Elaboração própria.

Para concluir a ideia acerca da concentração industrial, estendem-se aqui as referências estatísticas e considerações de Cano (1997), que afirmou a existência de um processo de desconcentração industrial na década de 1980, concentração e estabilidade até 1989/90, e novamente desconcentração a partir dos anos 1990 com mais evidência. Dessa forma, apresenta-se, sim, uma diferenciação entre os períodos analisados no comportamento dos indicadores de desconcentração, ainda que os níveis ainda sejam bastante díspares.

O que se observa é um quadro bastante diversificado entre as regiões que bem retrata o complexo processo da descentralização que está acontecendo em ritmo e tamanho diferente entre aquelas regiões que “perdem” (participação) e aqueles que “ganham”. Defende-se aqui a hipótese da continuada necessidade da intervenção do Estado para a reversão desse quadro das desigualdades entre as regiões. E nem sempre a soma das duas regiões industrialmente mais desenvolvidas pode ser uma referência para entender essa realidade. Evidentemente os dados que essas regiões representavam (87,6% do VA industrial em 1939, passando para 88,6% em 1989, 80,2% em 1999 e atingindo 76,8% em 2009) devem ser associados às informações e indicadores de outras naturezas para desenvolver considerações com mais profundidade acerca das desigualdades regionais, o que não foi de alçada desse texto.

Diante das informações apresentadas, e considerando um cenário de intenso crescimento econômico nacional até o período analisado, encontra-se um quadro complexo e heterogêneo que dificulta tirar conclusões simples a respeito dos diferentes períodos de desconcentração industrial do país. Há tendências e contra tendências em relação às diferentes macrorregiões, sem mencionar ainda os acima mencionados processos de interiorização da indústria em alguns estados da federação. Contudo, é necessário destacar que tal dispersão foi menos sentida durante a vigência de políticas neoliberais. Na primeira década do século XXI ocorreu, de fato, uma desconcentração industrial da região Sudeste, e, mesmo que esta dispersão não tenha apresentado os mesmos índices evidenciados

durante o período “desenvolvimentista” (1930-1980), ainda assim ela manteve-se em ritmo contínuo.

#### **4. Considerações finais: um novo caminho a seguir?**

Este artigo propôs apresentar o comportamento de alguns indicadores acerca do processo de desconcentração regional no Brasil, a partir da adoção de políticas neoliberais, focado no período final do século XX e primeira década do século XXI. Pelas informações apresentadas, constatou-se que houve um movimento de diminuição da dispersão industrial no território nacional, marcada, inclusive, por um breve momento de inflexão da desconcentração no início dos anos 1990. Já na segunda metade dos anos de 1990, a desconcentração industrial foi retomada.

A primeira década dos anos 2000 foi caracterizada pela mudança na condução das políticas de desenvolvimento, embora com traços neoliberais, o que tornou mais nítido o combate às disparidades econômicas regionais, tanto no ramo da indústria quanto na riqueza produzida internamente. A redução das desigualdades regionais se deu em um contexto de considerável crescimento econômico nacional, em que todas as regiões apresentaram bom desempenho, aliadas com a ampliação de políticas de proteção social, distribuição de renda, e de transferência de recursos monetários e estruturais para áreas mais deprimidas socioeconomicamente.

Desse modo, foi constatado que a desigualdade regional diminuiu especialmente em relação ao Sudeste, que contribuiu com sua perda na participação regional do valor da produção industrial para que outras regiões aumentassem suas participações. Vale destacar que para o Sudeste o ritmo de perda de participação ficou mais lento se comparada com o período desenvolvimentista, em meados do século XX. O crescimento econômico foi notório, porém a diferença entre as regiões manteve-se em patamar ainda elevado. A prova mais contundente é que as regiões Sul e Sudeste ainda têm sustentado nada menos que 71,6% do PIB nacional e 75,4% do valor adicionado industrial.

De todo modo, diante das diferenças que dividem as regiões, mantém-se forte a hegemonia histórica da posição econômica do “Sul” em relação ao “Norte”. Sem poder provar aqui, pode se levantar a hipótese que a relação desigual de trocas ainda dá o favorecimento ao centro do capitalismo brasileiro. Os esforços para qualquer tentativa de ruptura dessa lógica só têm advindo nos últimos anos da ação direta do Estado (para o desenvolvimento de uma infraestrutura robusta, característica do período desenvolvimentista) e da viciosa prática de guerra fiscal (característica incisiva do período de competição dado na descentralização política-fiscal e das ações neoliberais).

Existem indícios que as políticas de crescimento econômico parecem não ser capazes de fortalecer a solidariedade federativa como meio para reduzir as desigualdades regionais. O forte centralismo do Estado, a ausência de participação social, e a estratégia de desenvolvimento de polos regionais setoriais fundamentaram as políticas regionais até o final da década de 1980. Além disso, a descentralização política incipiente dos anos 1990 e a inserção do Brasil na globalização não trouxeram contribuições efetivas para a redução dos desequilíbrios. Somada a presença dessas heranças históricas e dos efeitos nocivos da guerra fiscal, a existência dos conflitos do atual pacto federativo não torna essa tarefa mais fácil.

O retorno à questão regional como política nacional vem acontecer apenas a partir de 2007 com a aprovação, por decreto, da PNDR I. Entretanto, sem ter uma repercussão esperada nem um sistema de financiamento compatível, pode se conjecturar que os efeitos regionais resultaram mais da expansão e focalização das políticas universais (através dos avanços de programas sociais, investimento em infraestrutura e da expansão do ensino público superior) do que da implementação da PNDR I.

Em 2013, o Governo Federal incitou novamente esse debate nacional, dada a pouca repercussão da primeira Política. Em resumo, a PNDR II procurou ampliar o debate regional para as unidades federativas, na tentativa de fomentar a participação social e dar legitimidade à PNDR. A PNDR II apontou para uma nova escala de intervenção – a mesorregional – como forma de entender as desigualdades internas em cada região, e introduziu a ideia de governança vertical como forma de integração multiescalar das políticas setoriais à política nacional de desenvolvimento das regiões.

Outro ponto importante da Política está no deslocamento de práticas tradicionalmente compensatórias das perdas ocasionadas por essa divisão do trabalho (como, por exemplo, isenção fiscal) procurando desenvolver, concomitantemente a elas, as potencialidades e os recursos específicos do território. Afirma-se então, categoricamente, um novo caráter epistemológico à política regional, a partir das teorias endógenas do desenvolvimento, as quais têm as premissas de fomentar através de políticas públicas a competitividade das regiões menos desenvolvidas, a partir de suas potencialidades e identidades territoriais.

Todas essas propostas são tão ambiciosas quanto necessárias.<sup>11</sup> Porém, há muito a se progredir, já que a discussão está parada desde a crise política instaurada em 2015. Além disso, há algumas deficiências dentro da PNDR II, especialmente a não consolidação dos mecanismos de financiamento para políticas regionais por parte de municípios e estados (à exceção do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e do dos Fundos

---

<sup>11</sup> Sobre a PNDR II, consultar Toppan (2015), de onde foram utilizados os argumentos e fontes de pesquisa para a confecção desta seção do artigo.

Constitucionais já existentes), que, dada a atual conjuntura tributária e dado o modelo de descentralização imperante, possuem orçamentos bastante restritos e com altos endividamentos públicos. Outro ponto precário é em relação às barreiras ideológicas historicamente construídas pelas regiões acerca do pacto federativo. No debate que levou a construção da PNDR II, foi desvelada uma dificuldade de diálogo conectivo sobre as regiões prioritárias à Política, demonstrando as posições de cada lugar no contexto nacional e o apego às políticas de desenvolvimento tradicionalmente empregadas.

Ainda sim, seria negligência demais de o Estado interromper a construção dessa agenda regional, mesmo com algumas incipiências e limites conjunturais. A PNDR II pode ser um caminho que leve o país a pensar novas estratégias de desenvolvimento para as regiões, especialmente para aquelas historicamente emblemáticas, como parte de um novo acordo federativo.

## Referências

ALBUQUERQUE, R. C.; CAVALCANTI, C. V. **Desenvolvimento regional no Brasil**. Brasília: IPEA, 1976.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

\_\_\_\_\_. Relações federativas nas políticas sociais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002, p. 25-48.

BACELAR, T. B. A. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, n. 2, 1999, p. 9-24.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional brasileiro e as políticas federais do governo Lula. In: SADER, E. **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BAER, W.; HADDAD, F.; HEWINGS, G. O impacto regional de políticas neoliberais no Brasil. In: KON, A. **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BERCOVICI, G. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, 2012, p. 729-747.

BRANDÃO, C. Pacto federativo, reescalonamento do Estado, e desafios para a integração e coesão regionais e para a legitimação de políticas regionais no Brasil. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013

CANO, W. Perspectivas para a questão regional no Brasil. **Ensaio**, v.15, n. 2, 1994, p. 312-320.

\_\_\_\_\_. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Revista Economia e Sociedade**, n.8, 1997, p. 101-139.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. 3ª edição. Campinas: Global, 2007.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DINIZ, C. C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Textos para Discussão 159**. Brasília: IPEA, 2001.

\_\_\_\_\_. A Nova configuração urbano-industrial no Brasil. In: KON, A. **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, v.19, n. 2, 2009.

FURTADO, C. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

\_\_\_\_\_. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 3, 1994.

\_\_\_\_\_. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GALVÃO, A. C. F. Por que apoiar políticas de desenvolvimento regional? Ideias sobre alguns dos dilemas atuais do desenvolvimento. In: BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

\_\_\_\_\_. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003b.

SAMPAIO, P. A. Para além da ambiguidade - uma reflexão histórica sobre constituição de 1988. **XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária: 20 anos de Constituição**. Parabéns! Por quê? Crato: Fundação Araripe, 2008.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo territorial paulista. 1950-2005**. Campinas: Alínea, 2009.

TOPPAN, R. N. **A Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma análise sobre as estratégias de desenvolvimento territorial para o Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Rio Claro), 2015.